

Revisitando o ciborgue: desafios teóricos e metodológicos da pesquisa em gênero e tecnologia

Bárbara Castro

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

Professora da Universidade Estadual de Campinas

E-mail: bgcastro@unicamp.br

Este artigo revisita a categoria de ciborgue, de Donna Haraway, para refletir sobre as discussões teóricas sobre gênero e tecnologia, suas limitações e seus desafios. Trata-se de reivindicar um uso situado das reflexões acerca da relação entre gênero e tecnologia proposta pela tradição inglesa, pautadas pela experiência européia, mas utilizada como uma leitura universal do mundo para levantar os desafios da produção intelectual.

Palavras-chave: gênero; tecnologia; ciborgue.

Revisiting Cyborg: theoretic and metodological challenges of research in gender and technology

This article revisits Donna Haraway's cyborg category to think about the theoretical discussion on gender and technology, its limitations and challenges. It aims to claim a situated use of gender and technology relations proposed by the English literature. Such concepts were built from the occidental European experience, yet translated as universal categories. This review intends to raise the challenges that the Brazilian intellectual on science, technology and gender.

Keywords: gender; technology; cyborg.

Volver a visitar el Cíborg: desafíos teóricos y metodológicos de la investigación sobre el género y la tecnología

En este artículo se revisa la categoría de cyborg, Donna Haraway, a reflexionar sobre las discusiones teóricas sobre el género y la tecnología, sus limitaciones y desafíos. Se encuentra a reclamar un uso de reflexiones sobre la relación entre el género y la tecnología propuesta tradición Inglesa, guiado por la experiencia europea, sino que se utiliza como una lectura universal del mundo.

Palabras-clave: género; tecnología; cyborg.

Há uma tendência na bibliografia que trata das relações entre gênero e tecnologia em descrevê-las como um acúmulo de experiências históricas. O foco é em como o domínio dos homens sobre a tecnologia foi construído de maneira a excluir as mulheres. Faulkner (1985), por exemplo, mostra como a ciência moderna e a Igreja afastaram as mulheres de uma profissão que elas desempenhavam com exclusividade até o século XIV: a da cura. Com o conhecimento e as tecnologias que passaram a ser desenvolvidas e o financiamento da igreja na construção de escolas de medicina, as mulheres foram excluídas do ofício e condenadas à bruxaria por realizá-lo.

Wajcman (1991) e Cockburn (1992), por sua vez, defenderam que a exclusão das mulheres da esfera da tecnologia tem relação direta com o desenvolvimento do capitalismo, pois a organização e a divisão do trabalho que se concretizaram na Revolução Industrial permitiram que os homens detivessem o controle sobre a produção e operação das máquinas que produziam mercadorias. Como as máquinas, antes confinadas ao domínio privado, saíram das residências e foram para o espaço público, as mulheres, dele excluídas, também passaram a ser excluídas do domínio sobre a tecnologia. Além disso, os homens não permitiam que as mulheres se associassem aos seus sindicatos e barravam a elas a possibilidade do aprendizado das profissões técnicas. Finalmente, Cockburn (1992) e Millar (1998) entendem que o problema da separação entre as mulheres e a tecnologia é anterior ao capitalismo (o novo modo de produção apenas teria aprofundado a separação entre mulheres e tecnologia) e apresentam uma versão da história que dá destaque às mudanças tecnológicas como a principal razão das transformações da organização social. As autoras defendem que, antes da Idade do Bronze, as mulheres tinham mais espaço na organização social porque eram responsáveis pela atividade da agricultura, fundamental para a sobrevivência. Com a invenção de arcos, flechas, e outros instrumentos de caça, essa relação teria se invertido e os homens passaram a ser o centro de poder da sociedade.

Preocupadas com as razões materiais para a exclusão das mulheres da ciência e da tecnologia, essas pesquisadoras partiram de um pressuposto teórico explicitamente marxista: o de que os instrumentos de produção são constantemente revolucionados e que essa transformação modifica as relações de produção e as relações sociais. A diferença é que, como feministas, estavam preocupadas em mostrar como o controle da tecnologia e da ciência não está apenas nas mãos dos detentores de capital. A dominação exercida por meio da tecnologia não é apenas de classe, mas também de gênero.

É nesse sentido que Faulkner e Arnold (1985) defendem que se quisermos entender como e por que a tecnologia é central em nossas vidas, precisamos analisar dois tipos fundamentais de organização social: o patriarcado e o capitalismo. Entendendo a tecnologia como o conhecimento acumulado para se criar

técnicas – e a técnica como a forma com que se produz alguma coisa –, Faulkner e Arnold (1985) definem a tecnologia como matéria social, pois ela engloba as relações sociais envolvidas na criação, mudança e distribuição do conhecimento. É justamente por essa inter-relação que a tecnologia é central tanto para a dinâmica do capitalismo quanto para a manutenção do patriarcado, pois ela permite que os homens exerçam um poder descomunal tanto sobre a natureza quanto sobre a sociedade.

As formas como os homens exercem esse poder são explicitadas pela reconstrução de narrativas históricas, conforme exemplificado. E, apesar de reconhecerem que essa dinâmica de dominação pode ser diferente em outras sociedades, a justificam pelo viés do gênero. Explico. Na recuperação que Faulkner (1985) realiza sobre a história das mulheres e da medicina, ela reconhece que na Rússia esse processo se deu de maneira diferente. Naquela sociedade, as mulheres é que sempre foram as detentoras do conhecimento e da profissão da medicina, não tendo havido uma modificação dessa relação nem mesmo com o advento da ciência moderna. Mas essa diferença logo é justificada em termos de dominação patriarcal: a medicina pôde ser uma atividade exercida por mulheres porque, naquela sociedade, a ela era atribuído um baixo status.

Essas interpretações acerca de gênero e tecnologia são exemplares de uma perspectiva teórica nomeada de histórica. Nela, a tecnologia deixa de ser vista como neutra e passa a ser vista como algo que carrega a marca do contexto social no qual foi concebida. Nesse sentido, os trabalhos das feministas acompanham a tradição que discute o “social shaping” da tecnologia e tem como conceito principal o da identidade.

Gill e Grint (1995) elogiam o avanço dessa perspectiva, mas não deixam de ver nela três problemas fundamentais: 1) os conceitos de patriarcado e gênero utilizados nesses trabalhos são essencialistas, pois não são suficientemente explicados e são tratados como trans-históricos e universais. O discurso masculino aparece sempre como oposto ao feminino; 2) essa perspectiva usa a noção de ideologia sem explicar como ela atua, estabelecendo uma relação determinista entre a ideologia da masculinidade e a perpetuação de relações de opressão e alienação das mulheres em relação à tecnologia; 3) o mau uso do conceito de identidade: as feministas históricas consideram que a tecnologia envolve dimensões simbólicas que são incorporadas nas identidades de gênero e, com isso, acabam tendendo para o funcionalismo, pois passam a explicar as relações de homens e mulheres com a tecnologia apenas nos termos das suas funções para as identidades de gênero.

O problema da identidade aparece nos textos da perspectiva histórico-cultural, portanto, como um mecanismo por meio do qual a associação entre masculinidade e tecnologia é reproduzida. Em alguns casos, essa associação ganha

1. Gill e Grint (1995) apontaram pelo menos três posições no campo de estudos de gênero e tecnologia: 1) eco-feminismo, que vê a relação entre masculino e tecnologia como uma maneira encontrada pelos homens para dominar tanto a natureza quanto as mulheres. Nessa perspectiva, as mulheres são vistas como essencialmente próximas à natureza. Essa linha teórica é duplamente determinista. Primeiro por que defende que a essência das mulheres é biológica. Segundo, porque defende que a natureza patriarcal da tecnologia é derivada da sociedade; 2) feminismo liberal, que não vê a tecnologia como inerentemente patriarcal, mas a toma como neutra. O que está em questão, nessa perspectiva, são as diferentes maneiras com que homens e mulheres estão posicionados em relação à tecnologia. Elas defendem que homens e mulheres são iguais, mas que o potencial das mulheres foi distorcido pela estereotipificação de gênero; 3) perspectiva histórica, coloca o gênero e a tecnologia em relação e considera o aparato cultural e histórico como a principal explicação para a exclusão das mulheres da tecnologia.

uma inflexão performativa, o que quer dizer que usar uma determinada tecnologia passa a ser entendido como fazer gênero. O problema colocado por Gill e Grint (1995) é que, ao dizer que a tecnologia envolve dimensões simbólicas que são incorporadas nas identidades de gênero, essas teóricas acabam tratando das relações de homens, mulheres e tecnologia apenas nos termos das funções que elas exercem para as identidades de gênero. Assumem, portanto, identidades ‘masculinas’ e ‘femininas’ como performances fixas em suas análises. Performances essas baseadas em padrões e estereótipos fixos – ou, como Millar (1998) argumenta, como hegemonias.

Ao confrontar esses estudos com essa crítica, Gill e Grint (1995) abrem caminho para vislumbrarmos outra limitação que estaria presente nessa perspectiva teórica. Ao colocar o problema da identidade eles reivindicam, na verdade, que se abra mais espaço, nos estudos feministas, para a diversidade de experiências vividas por homens e mulheres em suas relações com a tecnologia. Ao construir a identidade de mulher, buscando uma unidade que entendem que seja necessária para o enfrentamento da dominação, essas análises acabam reificando as categorias de gêneros vigentes em nossa sociedade – categorias essas que buscavam superar.

De certa maneira é essa a crítica que Haraway (1991) dirige aos estudos feministas sobre tecnologia realizados até o momento em que ela escrevia. Ela entende que, na tentativa de construir uma unidade de luta por meio da identidade, as feministas acabaram por retomar os dualismos entre masculino/feminino, natureza/cultura, público/privado que sempre buscaram desconstruir. Prova disso é que quando Faulkner e Arnold (1985) afirmaram que a tecnologia é central tanto para reprodução do capitalismo quanto para a manutenção do patriarcado, elas separaram o domínio exercido pelos homens sobre a natureza e sobre a sociedade.

O problema de repor as dualidades na análise, segundo Haraway (1991), decorre do fato de que não se contesta o mito fundador do mundo ocidental: o de que tudo deriva de uma unidade original. Exemplo disso são os conceitos de trabalho, do marxismo; de individuação, da psicanálise; e de gênero. Todos dependem da unidade original, a partir da qual se diferenciaram e a partir da qual houve uma escalada de dominação sobre as mulheres e a natureza. É por meio desses conceitos que o acesso ao conhecimento sobre a sociedade é permitido, bem como é por meio dele que compreendemos os processos de dominação e alienação nela presentes.

O problema desse tipo de epistemologia – baseada em ontologias, em uma unidade original, portanto – é que, até agora, elas só teriam demonstrado os limites que possuem na tarefa que buscam concretizar: a da identificação. Haraway (1991), assim como os marxistas e as feministas, também quer combater as do-

minações de raça, gênero, sexualidade e classe, mas se preocupa com a limitação que as teorias colocam para a organização da resistência. Na tentativa de tentar entender o porquê do desgaste do feminismo e do marxismo conclui que o problema derivado das construções teóricas baseadas em ontologias é que elas tentam esboçar uma explicação total do mundo. No caso do marxismo, isso foi feito por meio da estrutura de classes. No do feminismo, pela estrutura de gênero.

O problema, aponta a autora, é que mesmo quando se tenta unir as duas coisas, a maneira de se pensar o mundo é subordinada a uma lógica de incorporação, adição ou analogia às formas de dominação já descritas. O exemplo que ela dá é o das feministas socialistas, que adicionam a categoria de dominação patriarcal à dominação econômica sem reconhecer que as dinâmicas possam ser diferentes. Da mesma maneira teriam procedido as feministas radicais, pois, ao buscar entender o mundo a partir da estrutura de gênero e do sexo, rejeitando a interpretação marxista da estrutura de classes como única forma de acessar a realidade, elas acabaram defendendo que os homens se apropriaram da sexualidade das mulheres. Essa interpretação é problemática porque as mulheres passam a dever a sua existência à apropriação sexual que delas é feita. Deixariam, dessa forma, de serem sujeitos ativos da história. Essa mesma lógica, defende Haraway (1991), aparece no marxismo, e isso pode ser visto se compararmos as consequências das ontologias presentes nas duas teorias: da mesma maneira que o trabalhador é alienado de seu produto, no marxismo, a mulher é alienada do desejo, para as feministas radicais.

O problema de quando se tenta formular uma explicação total, e não parcial do mundo, segue a autora, é que outras categorias que são importantes para a análise acabam sendo deixadas de lado ou são secundarizadas. É por isso, defende Haraway (1991), que durante muito tempo não houve espaço para a categoria 'raça'. Isso ocorreu porque, como ela diz, nomear é excluir. Ao se atribuir uma identidade a um grupo, acaba-se excluindo pessoas que poderiam neles estar, mas não os reconhece. É por essa limitação que as identidades podem ser definidas como contraditórias, parciais e estratégicas. Apesar de reconhecer a constituição histórica das categorias de raça, gênero e classe, Haraway (1991) entende, portanto, que elas "não promovem as bases para acreditarmos em uma 'unidade essencial'" (Haraway, 1991, p.155). Do mesmo modo, argumenta, não podemos dizer que exista um elo natural que una as mulheres.

É por isso, explica, que a unidade da identidade política não dá conta da vida real: ela é uma construção arbitrária. Isso fica mais claro com o exemplo que ela dá sobre o movimento feminista. Apesar da identidade 'mulher', muitas vezes o movimento não se dá conta de que também existe dominação de uma mulher sobre as outras. E é aqui que podemos entender que existe um confronto entre a 'identidade' e a 'experiência', pois o que Haraway (1991) faz é confrontar

a limitação das teorias estruturalistas com a complexidade do mundo real. Um enfrentamento que continua ganhando eco no debate feminista, com a defesa de novas categorias de análise que deem conta dessa complexidade. A que mais se destaca e, de certa maneira, corresponde à aflição que dá origem ao debate teórico realizado por Haraway, é a categoria de interseccionalidade.

Para complexificar esse debate sobre ‘identidade’ e ‘experiência’ e amarrarmos à apresentação inicial das feministas da linha histórico-cultural, talvez seja importante mostrar como essa limitação destacada por Haraway (1991) pode se relacionar com um problema maior. Fausto-Sterling (2001-2) mostra que um dos maiores problemas presentes nos estudos sobre sexualidade é o de tomar a categoria como não investigável, antes de aplicá-la como ferramenta de pesquisa.

Quero dizer, com isso, que talvez o problema das feministas que debatem gênero e tecnologia, a partir da perspectiva histórica, seja o de não questionar as categorias com as quais elas trabalham. É essa revisão que está sendo proposta por Haraway com sua categoria ciborgue. Com ele, ela propõe a suspensão de todos os pressupostos com os quais as ciências sociais têm trabalhado. Híbrido de organismo e máquina, presente tanto na atividade produtiva quanto reprodutiva, sem origem na natureza nem identidade de gênero, ele derruba e se coloca como um desafio a todas as ontologias e dualismos incrustados em nossas discussões teóricas.

Entendo que essa preocupação de Haraway (1991) em suspender as categorias ganha eco no apelo de Fausto-Sterling (2001-2) para repensarmos a categoria da experiência. Sobre isso, ela cita a percepção de Joan-Scott sobre a natureza mutante da experiência: ela não é a mesma durante a história, por isso é que é necessário nos dedicarmos a entender “a operação dos processos complexos e em constante mutação” que são responsáveis pela formação das identidades. É isso o que permite Fausto-Sterling (2001, 2002) concluir que as práticas sociais sempre foram diversas ao longo da história, e que elas não só variam culturalmente, mas também historicamente dentro de um mesmo grupo social. Eu acrescentaria que essa diversidade é sincrônica e que talvez seja esse o problema presente nas análises históricas e culturais: não é que elas neguem que as mulheres vivam experiências diferentes, mas priorizam a identidade por compreendê-la como um instrumento de luta. Com isso, acabam subestimando o peso de outras categorias e a inter-relação que elas possuem com o gênero.

Gênero, cultura e experiência devem ser entendidas, portanto, como categorias processuais. É por isso, defende Fausto-Sterling (2001-2), que é tão difícil definir o sexo apenas a partir das características físicas da pessoa, pois “os sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero” (Fausto-Sterling, 2001-2, p.19). Além disso, as dicotomias constroem identidades de sexo e gênero que definem e limitam modos de viver, limitam as experiências.

2. Ver McKlinton, 1995; Crenshaw, 2002 e Brah, 2006. Para um estado das artes da categoria, ver Piscitelli, 2008.

Levando em conta a existência dessa miríade de experiências, Haraway (1991) propõe que construamos um ponto de vista que dê espaço e voz às diferenças e aos diferentes sistemas de dominação. Ela define a epistemologia como o reconhecimento da diferença. E é dessa maneira que ela fecha seu argumento: quando as epistemologias se constroem fundamentadas em ontologias, elas ficam impossibilitadas de exercer a função que as caracteriza. Sua análise tem uma consequência propositiva clara. Enquanto os movimentos de inspiração marxista ou feminista (para ficarmos apenas com os exemplos com os quais ela trabalha) buscam por uma nova unidade essencial em torno da qual possam concentrar as forças contra a dominação, Haraway, com seu ciborgue, cria uma nova ontologia (sem base nas dicotomias) na qual podemos basear nossa política. O novo pressuposto sobre o qual deveríamos construir nossas lutas políticas é o da afinidade, não o da identidade.

Realidades sem manifestos

As feministas da segunda geração, na década de 1970, e algumas feministas da perspectiva histórica que estudam a relação entre gênero e tecnologia (Lloyd e Newel, 1985; Isherwood-Swords, 1985; Whitelegg, 1992) possuíam a mesma percepção sobre o gênero e o sexo. Ambas defendiam que as instituições colaboram na perpetuação de desigualdades de gênero e que as dificuldades que as meninas enfrentam ao aprender matemática, por exemplo, derivam das normas de gênero existentes em nossa sociedade.

O problema dessa perspectiva, pensando a partir de Fausto-Sterling (2001, 2002), é que ela abre espaço para que as diferenças de cognição colocadas entre masculino e feminino, que elas acreditam derivar das normas sociais, possam ser compreendidas como resultado das diferenças sexuais no plano da disputa política. O argumento de que existe uma diferença de aprendizado entre meninos e meninas abriu espaço para que a biologia e a medicina enfrentassem as ciências sociais e colocassem em disputa a explicação biológica ou social para a questão. Por trás da concepção das feministas estava a idéia de que o enfrentamento da desigualdade de gênero na esfera social levaria à superação das desigualdades de gênero em outras esferas (tais quais a econômica e política). Mas o discurso científico contestava e menosprezava a norma de gênero, colocando em destaque a explicação da diferença entre os gêneros pela diferença de atributos físicos como o uso do cérebro, a percepção espacial etc.

As feministas perceberam, então, que deveriam mudar os termos do debate, posto que não pretendiam disputar conhecimento com as ciências naturais. Segundo Fausto-Sterling (2001-2), a partir disso foram abertos dois novos caminhos de investigação. Um que questionava a noção de sexo utilizada nas pes-

quisas, e outro que buscava revisar o significado dado aos conceitos de gênero, cultura e experiência.

Tanto em um quanto em outro caminho, as feministas foram confrontadas com as 'proposições incorrigíveis' presentes na disciplina e passaram a questionar a maneira como a ciência e o seu discurso são construídos. A partir dessa reflexão, concluíram que as verdades científicas sobre a sexualidade humana são resultado de lutas morais, sociais e políticas. Têm uma razão material, portanto. Mas o discurso não é só resultado de relações sociais e de poder. Essas verdades produzidas pela ciência sobre o sexo são corporificadas e dão forma ao ambiente social. Há uma dinâmica entre a construção do fato científico e o contexto social no qual ele se dá. A verdade construída pela biologia não é neutra, mas é tida como tal e é por isso que as pessoas não a questionam. O discurso hegemônico é o que informa a prática científica.

Anteriormente, neste texto, descrevi as limitações decorrentes do uso do conceito de hegemonia quando ele é associado ao uso do conceito de identidade. Nesse contexto, acaba reforçando a construção de categorias fixas, problemáticas por não darem espaço à diversidade de experiências existentes na realidade social. No entanto, não podemos negar que o discurso científico tenha uma aceitação e penetração significativa em nossa sociedade, impactando, inclusive, nossa forma de pensar o mundo e a maneira como ele se organiza. Não podemos ignorar a faceta do discurso e da ideologia que ele carrega, mas é preciso tratá-los respeitando a complexidade com a qual são constituídos.

A crítica que Millar (1998) faz ao feminismo ciborgue parte justamente do resgate e incorporação que ela faz do conceito de hegemonia. Ao se valer dessa metáfora, Haraway (1991) suspende a realidade social e pensa em um mundo sem hierarquias e sem poder. A pergunta que Millar coloca é: em que medida o feminismo ciborgue é mesmo politicamente eficaz, se ele suspende todos os efeitos e causas da modernidade?

Apesar de a metáfora ser instigante e nos levar a prestar atenção no manejo dos conceitos e das proposições das ciências sociais – de maneira a evitar a reificação de dualismos – Millar (1998) acredita que o problema maior do feminismo ciborgue seja que ao distanciarmos nossas teorias dos dualismos (mulher/natureza; homem/cultura) acabamos por nos esquecer que esse dualismo está presente em nossa sociedade e que ele causa efeitos materiais. Não é porque reconhecemos o patriarcado que vamos propagar seus efeitos ao analisá-lo na literatura acadêmica. Do mesmo modo, não vamos defender que as mulheres se associem com a natureza ou que o patriarcado seja uma relação social essencial, se reconhecermos que, em nossa cultura ocidental, as mulheres estão historicamente associadas à natureza. Não precisamos, ao reconhecer a existência dos dualismos, classificá-los como universal, essencial ou real. Falar sobre eles sig-

nifica entender que eles desempenham um papel fundamental na propagação da desigualdade de poderes em nossa sociedade. Nomeá-los e mostrar que eles existem nos permite apresentá-los como um problema que precisa ser superado.

É isso o que realizou Fausto-Sterling (2001-2) ao desconstruir as verdades científicas sobre a sexualidade, mostrando como elas se baseiam em valores morais, sociais, políticos e econômicos. As escolhas que os cientistas fazem no momento em que realizam suas pesquisas e escrevem seus resultados não são neutras. Assim como o pressuposto teórico do qual parte um determinado sociólogo ou antropólogo tem base em determinados valores e consequências políticas particulares, o mesmo se dá com as ciências naturais. E se não atentarmos para as relações de poder que constituem nossa sociedade, não conseguiremos compreender de que maneira os discursos hegemônicos se constroem.

Por essa razão é que Millar (1998) se dedicou a fazer uma análise de discurso feminista em sua pesquisa. Por meio desse método, ela pretendia decifrar quais são as relações de poder envolvidas na disseminação do discurso dualista sobre o gênero, bem como demonstrar que o poder circula por meio da linguagem, do discurso, da ideologia e da tecnologia. Ela entende que as mensagens hegemônicas da cultura popular influenciam e são influenciadas pelas relações econômicas capitalistas e pelos sistemas de sexismo e racismo nelas contidas.

É importante destacar que Fausto-Sterling (2001-2) e Millar (1998) utilizam o conceito de hegemonia de maneira sofisticada em suas análises. Millar entende que as relações hegemônicas de poder são reproduzidas não só pela via material (ameaça física, necessidade econômica e força) como também por meio do discurso (linguagem, mitos, persuasão ideológica). O discurso, explica, não existe sem matéria. Ele se ancora em uma visão muito particular da organização do mundo social e a ideologia nele presente estimula e introduz crenças que perpetuam desigualdades de gênero, raça e classe. É por isso que mundos materiais e discursivos devem estar sempre em conexão na análise. Fausto-Sterling (2001-2) acrescenta que o discurso hegemônico presente em determinado contexto é, inclusive, incorporado.

Com esse elemento, mostra como o dualismo entre natureza e criação pode ser desconstruído pela análise, pois os corpos, assim como todo e qualquer organismo, são resultado das ações combinadas e simultâneas de natureza e criação. Sem a sociabilidade humana, por exemplo, a sexualidade não pode se desenvolver, independentemente de como o organismo tenha se constituído. A sociabilidade é incorporada e, por isso, afeta a fisiologia dos corpos. Algumas crianças que vivem isoladas de outras pessoas, por exemplo, não desenvolvem a libido ou o desejo sexual. Por esse motivo, não podemos considerar como dado o modelo dualista de criação e natureza.

A partir disso, podemos entender como as dicotomias presentes nos tra-

balhos de algumas feministas derivam da percepção de que há uma divisão fundamental entre os corpos reais e a interpretação que deles é feita pela cultura. Fausto-Sterling (2001, 2002) quer acrescentar algo a essa visão: o fato de que os corpos encarnam a experiência e não apenas incorporam práticas e discursos. Ela propõe que ‘desgastemos’ a divisão entre corpo físico e corpo social para que possamos entender o que ela quer dizer com encarnação.

Para romper com os dualismos entre sexo/gênero, natureza/criação, real/construído, ela propõe que entendamos “que a sexualidade é um fato somático [próprio do corpo humano] criado por um efeito cultural” (Fausto-Sterling, 2001-2, p. 60). Usar dicotomias impede-nos de ver a interdependência existente em cada par. Pelo contrário, ao utilizá-las, eles se sobrepõem. O uso da categoria ‘gênero’, da maneira como é feita, também é construída sobre um dualismo entre gênero e biologia, isto é, entre real e construído. O problema é que a separação entre real e construído é, na maior parte das vezes, colocada como a divisão entre natureza e cultura, sendo o conhecimento do real atribuído à ciência e o construído, ao social. Essa visão impossibilita uma análise sócio-cultural do corpo (posto que seu domínio, do real, pertence exclusivamente à ciência). O material não pode ser visto como irredutível. Ele também é construído.

Poderíamos acrescentar, ainda, que apesar da importante contribuição de Haraway (1991) à discussão sobre gênero e tecnologia (na qual, por meio da ubiquidade do ciborgue e da possibilidade de posicionar todos em uma mesma relação de cumplicidade com a tecnologia, subverte a exclusão tradicional das mulheres da participação na ciência e na tecnologia e, assim, a divisão sexual tradicional do trabalho) e à teoria social (nos faz repensar nas categorias fixas de gênero ao desafiar o naturalismo da dicotomia biologicamente determinada entre homens e mulheres), ela estaria presa a uma última dicotomia em sua análise: a do divino e do mundano (Graham, 2001).

Graham (2001) afirma que a oposição que Haraway (1991) constrói entre ciborgues e deusas a faz evocar uma das bases fundamentais da filosofia ocidental: a da divisão entre matéria e espírito, entre mundo material e sobrenatural. Esse dualismo funda outra ontologia, qual seja, a de relacionarmos o poder, a vontade criativa e autonomia moral não a apenas esforços humanos, mas a uma abstração fundamentada na idéia de divino. Nesse sentido, Haraway (1991) acabaria retratando a ciência e a tecnologia como um desafio religioso de transcender o humano, como uma visão platônica do real na qual a tecnologia é o que está fora da caverna e nos revela as verdades sobre o mundo.

O ciborgue, defende Graham (2001), só é uma fantasia e utopia possível para uma pesquisadora que se localiza em um país desenvolvido no qual é grande a proporção de pessoas com acesso a tecnologias e às habilidades e treinamentos necessários para utilizá-las. Não é essa mesma ironia política, como Haraway

(1991) gosta de definir seu ciborgue, que vai dar conta de resolver a exclusão das mulheres da tecnologia em outros contextos – se é que faz sentido falar sobre isso em outros contextos.

Essa crítica, que à primeira vista pode parecer excessivamente relativizante, nos faz refletir sobre a posição que o pesquisador ocupa no mundo e os desdobramentos que isso tem para sua análise. No caso citado, fica claro que a questão de classe e posição no sistema mundo capitalista não é um dado relevante para a construção do argumento. Do mesmo modo, com a finalidade de repetirmos o exercício de repensar as categorias com as quais trabalhamos, bem como as consequências analíticas e políticas de seu uso, talvez fosse importante problematizar o próprio ponto de partida da discussão que nos interessa: aquela referente às relações entre gênero e tecnologia.

Mais acima neste texto, apresentei a argumentação que Haraway (1991) fazia sobre a criação das epistemologias. Em seus exemplos, ela mostrou como tanto o marxismo quanto o feminismo partiram de ontologias particulares para erigir suas teorias: o primeiro, fundamentado no trabalho, o segundo, no gênero. O resultado é que, se o trabalho organiza o mundo social, partimos de uma estrutura de classes em nossa análise. Mas, se compreendemos que é o gênero quem organiza o mundo social, partiremos de uma estrutura de dominação patriarcal. E aí é que o questionamento que Gill e Grint (1995) fazem do uso do conceito de patriarcado na análise das feministas históricas faz ainda mais sentido. Se o patriarcado é uma estrutura de dominação que organiza a vida social, ele, sem dúvida, vai aparecer como um fenômeno trans-histórico e universal. Mas, questionam Gill e Grint, qual é o verdadeiro valor de usar esse conceito em pesquisas que se dedicam a entender as relações entre gênero e tecnologia, a partir de uma perspectiva histórica e cultural?

Essa concepção do patriarcado como estruturante da organização da vida social pode ser vista claramente nesta afirmação de Wajcman: “In virtually every culture, gender difference is fundamental to social organization and personal identity. Qualities associated with manliness are almost everywhere more highly regarded than those thought of as womanly” (Wajcman, 1991, p. 11).

Oyewumi (apud Fausto-Sterling, 2001-2) ajuda-nos a refletir sobre a questão. Ela descreve como a sociedade Yoruba é organizada a partir do critério da idade e que as relações de poder e desigualdade são construídas a partir desse critério. Mas, como o pensamento ocidental é a referência teórica fundamental para os acadêmicos africanos, eles acabam produzindo uma análise de gênero para entender a organização social yoruba, quando na verdade essa categoria não é a que organiza o seu mundo social. O que Oyewumi quer mostrar com isso é que, se a teoria social africana fosse o referencial hegemônico, ao invés de sê-lo o europeu-ocidental, as feministas talvez entendessem que o gênero não é uma categoria universal.

É por essa razão que a metáfora do ciborgue se mostra tão desafiadora para as ciências sociais. Ela pode ajudar a traçar um novo mapa de poder e identidades. É uma metáfora irônica do nosso controle sobre os limites e as fronteiras expostos nos dualismos que ela nega. O mundo dos ciborgues é o mundo no qual as pessoas não teriam medo de ‘identidades parciais permanentes’ e de ‘pontos-de-vista contraditórios’. É um mundo em que o sexo pode ser compreendido a partir de uma perspectiva parcial e fluida e a idéia de incorporação, mais facilmente acessada. Os ciborgues mostram, assim como os yorubas, que o gênero pode não ser uma identidade global, apesar da força e penetração que essa idéia possui na sociedade ocidental.

Apesar das limitações analíticas citadas, o trabalho de Haraway (1991) nos ajuda a entender que a produção de uma história universal e totalizante deixa para trás muitas partes da realidade, ainda mais nessa nova configuração, pós-moderna, do mundo. Além disso, quando estudamos as relações sociais de ciência e tecnologia estamos ajudando a reconstruir fronteiras: o ciborgue busca destruir e construir identidades, categorias, relações e, conseqüentemente, abolir as hierarquias. A solução para acessar a realidade a partir de diferentes pontos-de-vista, talvez seja a apontada por Fausto-Sterling (2001-2): dedicar-se a enfrentar as ‘proposições incorrigíveis’ buscando entender como as práticas e os processos de poder constituem as relações de desigualdade. Decifrar a forma como a hegemonia é estruturada e tratá-la como um processo permite enxergá-la como algo que não é permanente e que pode ser modificado.

Considerações finais

Minha preocupação, neste texto, foi a de buscar compreender como os dualismos presentes na teoria social foram construídos e quais são as conseqüências que isso tem para a análise e para os projetos políticos de transformação das relações de dominação. No caso da preocupação aqui colocada, a de gênero e a de sua associação com a tecnologia na sociedade ocidental capitalista.

Espero ter ficado claro que esse debate deve ultrapassar a disputa de argumentos entre ciências naturais e ciências sociais, evitando tanto o determinismo biológico quanto o social. É preciso entender que a construção das verdades científicas são influenciadas por valores morais, políticos e econômicos. São decisões que têm por base o contexto no qual estão inseridas. Mais do que desafiar as leis da genética e as diretrizes da fisiologia, o papel das ciências sociais é mostrar como os discursos hegemônicos constroem e são construídos nessas/por essas decisões. É buscar entender a complexa rede de poderes que permite e dá suporte a um mundo social organizado a partir das divisões de gênero. E, mais importante, a autocrítica das limitações da própria teoria social e de seus

instrumentos de análise, posto que o uso descuidado da categoria de gênero pode reforçar essas dualidades.

Nesse sentido, entendo que o manifesto ciborgue de Haraway ainda nos sirva como um conceito crítico ao buscar suspender os pressupostos iniciais contidos em nossos conceitos. Entendo que o ciborgue anule as hierarquias, as naturalizações e os essencialismos para que possamos compreender que todos são construções. Algumas, inclusive, frutos dos fundamentos da filosofia ocidental e situadas em experiências específicas.

Ao problematizar o uso essencializado e determinista de categorias e conceitos conseguimos avançar tanto em nossas análises quanto em nossas propostas políticas: um mundo com mais participação das mulheres na produção e consumo de tecnologias não significa, necessariamente, torná-las feministas, como propunha Wajcman (1991). É preciso, antes, propor uma epistemologia feminista da produção e do consumo dessas ferramentas, bem como desconstruir a associação histórica entre tecnologia e masculinidade desconstruindo os papéis tradicionais de gênero. Como agenda de pesquisa, cumpre-nos a investigar essas teses localmente, articulando nossa dinâmica própria de produção de gênero e participação das mulheres na produção e consumo de tecnologia. Uma agenda que envolve refletir sobre as dimensões de classe, cor, regionalismos e posição no sistema mundo, posto que nossas hierarquias de poder se multiplicam e se interconectam, produzindo uma experiência situada muito própria das relações entre gênero e tecnologia – que pode, inclusive, ser lida como subordinada à narrativa contada pela teoria construtivista inglesa.

Referências

- BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. n 26, p.329-365, 2006.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.
- COCKBURN, C. **Technology, production and power**. IN: KIRKUP, G. and KELLER, S. L. *Inventing Women: science, technology and gender*. Cambridge, Oxford: Polity Press, Basil Blackwell and The Open University, 1992, pp. 196-211.
- FAULKNER, W. and ARNOLD, E. **Smothered by invention: the masculinity of technology**. IN: FAULKNER, W. and ARNOLD, E. (org.). *Smothered by invention: Technology in Women's Lives*. London and Sydney: Pluto Press, 1985, p. 18-50.
- FAULKNER, W. **Medical technology and the right to heal**. IN: FAULKNER, W. and ARNOLD, E. (org.). *Smothered by invention: Technology in Women's Lives*. London and Sydney: Pluto Press, 1985, p. 87-108.
- FAUSTO-STERLING, A. **Dualismos em duelo**. Cadernos Pagu. 17,18, 2001-2.

- GILL, R. and GRINT, K. **The Gender-Technology Relation: Contemporary Theory and Research.** IN: GILL, R. and GRINT, K. (orgs.). **The Gender-Technology Relation: Contemporary Theory and Research.** London: Taylor & Francis Ltd., 1995, pp. 1-28.
- GRAHAM, E. **Cyborgs or goddesses? Becoming divine in a cyberfeminist age.** IN: GREEN, E. and ADAM, A. (edt.). *Virtual Gender: Technology, consumption and identity.* London and New York: Routledge, 2001, p.302-322.
- HARAWAY, D. J. **A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late Twentieth century.** IN: HARAWAY, D.J. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature.* London, Free Association Books, 1991, p. 149-181.
- ISHERWOOD-SWORDS, N. **Women in British Engineering.** IN: FAULKNER, W. and ARNOLD, E. (edt.). *Smothered by invention: Technology in Women's Lives.* London and Sydney: a Pluto Press, 1985, p. 72-86.
- LLOYD, A. and NEWELL, L. **Women and computers.** IN: FAULKNER, W. and ARNOLD, E. (org.). *Smothered by invention: Technology in Women's Lives.* London and Sydney: Pluto Press, 1985, p.238-251.
- McKLINTOCK, A. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest.** Routledge, 1995.
- MILLAR, M. S. **Cracking the gender code: who rules the wired world?** Toronto: Second Story Press, 1998.
- PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.
- WAJCMAN, J. **Feminism confronts technology.** The Pennsylvania State University Press, 1991.
- WHITELEGG, L. **Girls in science education: of rice and fruit trees.** IN: KIRKUP, G. and KELLER, S. L. **Inventing Women: science, technology and gender.** Cambridge, Oxford: Polity Press, Basil Blackwell and The Open University, 1992, pp. 178-187.

